

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

JOÃO VASCONCELOS TEOTÔNIO

O SABER TEOLÓGICO E A EDUCAÇÃO
DA FÉ COM ADULTOS

São Paulo
2023

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Faculdade
de Teologia Nossa Senhora da Assunção**

JOÃO VASCONCELOS TEOTÔNIO

**O SABER TEOLÓGICO E A EDUCAÇÃO
DA FÉ COM ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Faculdade de
Teologia Nossa Senhora da Assunção,
como exigência parcial para obtenção
do título de Bacharel em Teologia, sob
orientação do Prof. Dr. Pe. Sérgio
Lucas Câmara.

São Paulo

2023

Agradecimentos

A Deus pela vocação, saúde e perseverança para superar todas as dificuldades encontrada durante esse período em que cursei Filosofia e Teologia, e por permitir que eu alcançasse os meus objetivos na vida acadêmica.

A esta universidade e seu corpo docente, pela oportunidade de ampliar o meu conhecimento sobre todas as disciplinas que englobam a área da Filosofias e da Teologia.

Especialmente ao Prof. Sérgio Lucas Câmara pela orientação, pelo apoio, paciência e serenidade na elaboração deste trabalho acadêmico e aos demais docentes durante todo o curso de Filosofia e Teologia.

Aos meus colegas de classe, companheiros de trabalhos, e aos irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação.

A Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Vila Paulista pelo apoio durante esse processo, e aos párocos: ms, Alfredo Celestino, Josival B. Lima e ao diácono permanente Maurício Luz de Lima.

E finalmente a minha esposa, Izilda Aparecida Morello Teotônio, por todo suporte, apoio e incentivo e muita paciência nas horas difíceis em que passamos junto durante o processo de estudo acadêmico.

RESUMO

Este trabalho sobre o saber teológico e a educação de fé com adultos têm como objetivo geral apresentar uma compreensão da teologia na perspectiva da fé para todo povo de Deus numa visão eclesiológica clerical, laical e pastoral. Esse “saber” também apresenta objetivos específicos, como uma compreensão da teologia como ciência da fé para refletir sobre a necessidade do saber teológico na evangelização dos adultos e apresentar possibilidades para essa educação de fé na Igreja local, nacional, e por que não a nível mundial. Esse tema está fundamentado em fontes teológicas, como a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério autêntico da Igreja. O “saber teológico” também contribui para a história da Teologia Pastoral exercida pela Igreja no contexto das últimas décadas, haja vista os documentos da CNBB. É nesse contexto que os “cristãos leigos e leigas” passem por um processo de formação para serem protagonistas na expansão do Reino de Deus apresentado por Jesus Cristo, sendo “sal da terra e luz do mundo” com participação ativa nas pastorais, com valores de justiça, de ética, e de diálogo ecumênico para a unidade dos cristãos.

Palavras-chave: Teologia; educação da fé, leigos, participação.

ABSTRACT

This work on theological knowledge and faith education with adults has the general objective of presenting an understanding of theology from the perspective of faith for all the people of God in a clerical, lay and pastoral ecclesiological vision. This "knowledge" is also specific, as an understanding of theology as a science of faith to reflect on the need for theological knowledge in the evangelization of adults and to present possibilities for this education of faith in the local, national Church, and why not at the level. worldwide. This theme is based on theological sources, such as Sacred Tradition, Sacred Scripture and the authentic Magisterium of the Church. "Theological knowledge also contributes to the history of Pastoral Theology conducted by the Church in the context of recent decades, as seen in the documents of the CNBB. It is in this context that "lay Christians" undergo a training process to be protagonists in the expansion of the Kingdom of God presented by Jesus Christ, being "salt of the earth and light of the world" with active participation in pastoral care, with values of justice, ethics and ecumenical dialogue for Christian unity.

Keywords: Theology; faith education, laity, participation.

SIGLAS E ABREVIações

CELAM.	Conselho Episcopal Latino-Americano. Igreja latino-americana e caribenha, criado em 1955 pelo Papa Pio XII.
CNBB.	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONIC.	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.
Doc.	Documento
DAp.	DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.
DGAE.	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) para os anos 2019-2023. doc. 109 da CNBB. 57 ^a Assembleia Geral Aparecida-SP, maio de 2019.
DV.	Constituição Dogmática Dei Verbum. São Paulo: Loyola, 1997. sobre a revelação divina, Deus em diálogo, n. 6.
GS.	Gaudium et Spes. Constituição do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje, 1965.
LG.	Lumen Gentium. Constituição do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja, 1964.
PE.	DOCUMENTOS DA CNBB – 76, Plano de Emergência para a Igreja do Brasil Cadernos da CNBB, 1963.
PPC.	PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1966 – 1970. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência.
UR.	DECRETO CONCILIAR Unitatis Redintegratio. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Paulus: São Paulo, 1997.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – TEOLOGIA: FUNDAMENTAÇÃO PARA COMPREENSÃO DE UMA CIÊNCIA.	
1.1 Teologia como ciência da fé	14
1.2 A teologia dedutiva e indutiva	14
1.3 A Teologia como Fides quaerens intellectum.....	15
1.4 A natureza da fé.....	15
1.5 O conceito de fé.....	15
1.6 A teologia como intellectus amoris.....	16
1.6.1 Como compreender?.....	18
2. Epistemologia da teologia	
2.1. As fontes da teologia.....	18
2.2. A Sagrada Tradição.....	18
2.3 A Sagrada Escritura.....	19
2.4 Magistério autêntico da Igreja.....	19
2.4.1 Referência à fé eclesial.....	20
2.5 A teologia como ciência.....	20
2.5.1 Método específico, debate sobre a cientificidade da teologia.....	20
2.5.2 Os desafios da interpretação.....	21
3. Características do fazer teológico.....	22
3.1 Os tipos de discurso.....	22
3.1.2 Teologia profissional.....	22
3.1.3 Teologia pastoral.....	23
3.1.4 Teologia popular.....	23
3.2 Referências fundamentais da teologia.....	23
3.2.1 A relação da teologia com a Igreja.....	23
3.2.2 A bíblia como alma da teologia.....	24
CAPÍTULO II – TEOLOGIA PASTORAL	
2.1 História da Teologia Pastoral.....	24
2.2 Plano de Pastoral hoje no Brasil.....	27
2.3 Plano CNBB/DGAE.....	28
2.4 Plano de Emergência.....	31
2.4.1 Documentos da CNBB –76	31
2.5 Plano Pastoral de Conjunto.....	34
CAPÍTULO III – FORMAÇÃO TEOLÓGICA DOS LEIGOS	
3.1 Cristãos Leigos e leigas na Igreja e na sociedade.....	35
3.2 Ética.....	37
3.3 Ecumenismo.....	42
CONCLUSÃO.....	47
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	48
FONTES ELETRÔNICAS.....	50

Introdução

O primeiro capítulo desta obra traz uma abordagem fundamental sobre a teologia como ciência da fé. Nesta análise, exploramos o significado e a natureza da teologia, compreendendo-a como uma reflexão crítica e sistemática acerca da existência de Deus, seus atributos e sua relação com a humanidade ao longo da história. O termo “teologia”, originado do grego antigo e significando “ciência de Deus”, destaca-se como um diálogo entre seres humanos e o divino, mediado pela fé e tradição da igreja. O capítulo também discute as duas abordagens distintas que a teologia pode assumir: a dedutiva e a indutiva. Na dedutiva, princípios universais da fé são aplicados e ampliados para outras realidades, enquanto na indutiva, questionamentos emergentes da experiência humana são respondidos a partir da revelação e fé.

A compreensão do conceito de “fé” também se faz presente, enfatizando que a teologia busca harmonizar a fé e a razão, conforme a famosa expressão “Fides quaerens intellectum” - uma fé que busca entendimento. Outro ponto relevante é a exploração das fontes teológicas, que abrangem a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério autêntico da Igreja. O capítulo ainda apresenta as diferentes formas de discurso teológico, tais como a teologia profissional, a teologia pastoral e a teologia popular, cada uma com sua linguagem específica para abordar a fé e a doutrina religiosa. Por fim, enfatiza-se a importância da Bíblia como a alma da teologia, contendo os ensinamentos e revelações de Deus, essenciais para o aprofundamento da fé cristã e a compreensão do relacionamento entre humanidade e divindade na tradição cristã.

O segundo capítulo mergulha na história da Teologia Pastoral, definindo-a como uma explicação sistemática do conteúdo de fé, voltada para o serviço exercido pela Igreja, visando sua autossustentação e a expansão do Reino de Deus no mundo. A denominação “pastoral” se origina de “pastor”, simbolizando a função de cuidar, proteger e ensinar, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Ao longo de sua evolução histórica, a Teologia Pastoral passou por diversos estágios, abrangendo concepções práticas e teóricas, com destaque para a ação evangelizadora.

No cenário brasileiro, a CNBB elaborou o Plano de Pastoral de Conjunto, com a finalidade de promover a unidade das pastorais e da Igreja, fundamentado nos documentos do Concílio Vaticano II. Esse plano aborda questões sociais, culturais e

religiosas, adaptando a ação pastoral ao contexto atual. O capítulo também enfatiza a importância de uma reflexão embasada na fé e no diálogo com as situações históricas do mundo, com destaque para o Plano de Emergência, criado para revitalizar a ação eclesial no Brasil e enfrentar desafios como influências marxistas, naturalistas, protestantes e espíritas.

O terceiro capítulo concentra-se no tema da formação dos leigos e leigas dentro da Igreja Católica e sua atuação na sociedade. Baseado no documento 105 da CNBB, “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: Sal da Terra e Luz do Mundo”, este capítulo é resultado da reflexão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, buscando ressaltar a importância da formação teológica dos leigos para sua atuação na Igreja e no contexto social. O capítulo é dividido em três partes principais: “O Cristão Leigo, Sujeito na Igreja e no Mundo: Esperanças e Angústias”, onde é abordada a vocação e missão do cristão leigo e leiga na Igreja e sociedade, destacando sua relevância histórico-eclesial no Brasil e no mundo. A segunda parte, “Sujeito Eclesial: Discípulos Missionários e Cidadãos do Mundo”, enfatiza a compreensão do leigo como sujeito eclesial, dotado de dignidade, identidade e carismas diversos, colocados a serviço da Igreja e da sociedade, com Jesus Cristo como modelo de vida. Por fim, a terceira parte, “A Ação Transformadora na Igreja e no Mundo”, explora a atuação dos leigos e leigas no Brasil como uma Igreja, uma comunidade missionária, destacando a importância da espiritualidade encarnada, da presença, formação e organização, e da ação transformadora na sociedade.

O documento reforça a importância de uma formação teológica abrangente, que vá além do conhecimento intelectual da doutrina cristã, incorporando também a vivência concreta na realidade social. A participação ativa dos leigos na vida da Igreja, especialmente nas pastorais sociais e nas comunidades de base, é incentivada como um meio de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ademais, o capítulo ressalta a relevância da ética cristã na formação e atuação dos leigos na sociedade, enfatizando valores como justiça, compaixão e amor ao próximo, promovendo o bem comum e buscando a unidade dos cristãos por meio do diálogo ecumênico.

Estes três capítulos constituem uma base sólida para a compreensão da teologia como ciência da fé, o papel da Teologia Pastoral na ação evangelizadora e transformadora, bem como a importância da formação teológica dos leigos para a participação ativa e ética na sociedade.

CAPÍTULO I

TEOLOGIA: FUNDAMENTAÇÃO PARA COMPREENSÃO DE UMA CIÊNCIA

1.1 Teologia como ciência da fé

O termo teologia é etimologicamente composto por dois termos do grego antigo: θεολογία, *theología*; “theós” + “logía” = Deus + “logos” (ciência),¹ Isto é, o estudo crítico e da reflexão da natureza e da existência de Deus, seus atributos e sua relação com os homens na história da humanidade. Em sentido estrito, limita-se ao Cristianismo como um diálogo entre o homem e Deus e na comunidade eclesial que por meio de Jesus Cristo se dá a sua revelação e de seu Reino e da salvação da humanidade.

Numa palavra, a teologia, como ato do teólogo, reflete sobre a fé. Visto do aspecto do objeto, ela faz ciência sobre Deus, entretanto esses dois aspectos fundamentam-se em um único movimento que pode ser lido de duas maneiras: Deus é o objeto da teologia, e a reflexão crítica e metódica se faz a respeito de Deus na mediação da fé acolhida na tradição viva da Igreja.²

1.2 A teologia dedutiva e indutiva

Dentro da estrutura teórica da teologia aparecem duas dimensões: a *dedutiva* e a *indutiva*. Ambas permitem entender melhor essa estrutura interna de duplo movimento possível. A teologia *dedutiva* pode partir por exemplo da reflexão desde os princípios universais da fé e explicitá-los e aplicá-los a outras realidades. Já a teologia *indutiva* pode partir de perguntas que emergem da vida humana e respondê-la a luz da revelação “para produção e ensino da teologia ‘katábasis’ (a partir de cima) trazida pelo concílio do Vaticano II”.³

Assim, qualquer pessoa que tem a capacidade de pensa, reflete e testemunhar sobre a pessoa de Deus baseada em suas próprias experiências, está realizando uma teologia *indutiva*. Já o método *dedutivo* está voltado para a teologia científica, que se enquadra no ramo dos saberes e requer um olhar mais apurado acerca dos assuntos e deduções a serem realizadas. Que é o dos sacerdotes que estudam a fundo os

¹ Cf. LIBÂNIO, João Batista; MURAD Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. 8ª ed. São Paulo: Loyola. 2011. p.63.

² WICKS, Jared. *Introdução ao método teológico*. 4ª ed. São Paulo: Loyola. 2011.

³ Cf. LIBÂNIO, João Batista; MURAD Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. 8ª ed. São Paulo: Loyola. 2011. pp.101-103.

ensinamentos de Deus, a averiguação da Bíblia e todos os ramos que podem ser contemplados por esse tipo de estudo.

O vocábulo ciência vem (do latim *scientia*, traduzido por “conhecimento”) refere-se a qualquer conhecimento ou prática sistemáticos. Em sentido estrito, ciência refere-se ao sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico e através de pesquisas, e de um conjunto de informações adquiridas através da experiência e de experimentação ou da introspecção em que são aplicados dá origem a novos conhecimentos objetivos, isto é, científicos.⁴

Quando se trata de teologia como ciência os cristãos creem que Deus (YHWH) é o dono de toda a ciência e sabedoria que há no mundo, tendo, por tanto, todo o conhecimento que existe.

1.3 A Teologia como Fides quaerens intellectum

O vocábulo “fé – *fidei*” não é um termo exclusivamente religioso e teológico. É empregado muitas vezes no sentido geral e não religioso, e mesmo assim tem mais de uma conotação. A palavra “fé” é utilizada às vezes num sentido solto e popular, para indicar uma persuasão da verdade que é mais forte que uma simples opinião e, todavia, é mais fraca que o conhecimento. John Locke definiu a fé como “o assentimento da mente a proposições que são prováveis, mas não certamente, verdadeiras”.

1.4 A natureza da fé

Esta natureza é invariável. É uma apreensão responsiva de Deus e de sua verdade salvadora; é um reconhecimento da resposta dada por Deus à necessidade humana, é a compreensão de que o evangelho é a mensagem pessoal de Deus, bem como o convite pessoal de Cristo ao seu ouvinte.

1.5 O conceito de fé

No Primeiro Testamento, o termo “fé” é utilizado basicamente para expressar um relacionamento interpessoal do homem com Deus. “Crer, de fato, significa

⁴ BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico (versão didática)*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2001. p.24.

entregar-se a Deus à palavra salvífica conduz a história e que fez aliança primeiro com os pais e depois com 'seu povo', Israel" desde Abraão (cf. Gn 12,1-9. 15,17-18)".

Na perspectiva cristã está fundamentado na Escrituras Sagrada que é a alma da teologia. No Segundo/Novo Testamento a fé é tratada de várias maneiras. Nos evangelhos sinóticos encontramos como tema central a pessoa histórica de Jesus que anuncia a chegada do Reino de Deus. No Evangelho de São João, a fé aparece de uma forma muito mais interpessoal do que nos sinóticos. A fé apresenta-se como ponto central e fundamental de sua teologia. Assim sendo, o ato de fé será sempre uma resposta de amor a Deus, a sua Palavra e a seu reino (cf. dic. teologia fundamental, p.319).⁵

A Teologia como *Fides quaerens intellectum*, significa "fé que busca o entendimento" ou "fé que busca a inteligência". isto é, uma fé que lhe seja concedida por meio da revelação de Deus em toda a história da humanidade. É o método teológico enfatizado por Agostinho (354-430) e Anselmo de Cantuária (c. 1033-1109), no qual se começa com a fé em Deus e, com base nessa fé, avança para uma compreensão mais profunda da verdade cristã. Anselmo usa esta expressão pela primeira vez em seu Proslogion (II-IV). Articula a estreita relação entre fé e razão humana.⁶

No pensamento de Santo Agostinho que inspirou Santo Anselmo, C. Boff percebe a relação entre a fé e a verdade, que aponta para a coerência. Neste sentido, se pode dizer que ela carrega em si uma força vital e significativa. E isso o leva à conclusão de que "a inteligência da fé é, no fundo, experiência. É sapiência. Nesse sentido a filosofia é intrínseca a fé e tem um lugar estrutural na teologia (cf. Cl. Boff, 2009, p. 67-68).⁷

A fé possui sua própria *inteligência*, no sentido de ter sua luz ou sua inteligibilidade específica, consistido na intuição supraconceitual e mesmo suprarracional do Mistério de Deus. Já a razão da fé, propriamente a teologia, é a exposição racional, ou seja, discursiva (quer sapiencial, quer científica) da fé revelada. Nesse sentido a fé é em parte racional e em parte não. Mesmo assim, a razão teológica representa o ponto mais alto a que a que pode chegar à razão humana em geral. De vez que a razão está naturalmente aquém da Verdade da fé.⁸

1.6 A teologia como intellectus amoris

⁵ Dicionário de teologia fundamental / dirigido por René Lautorelle e Rino Fisichella. Petrópolis: Vozes; Aparecida, SP: Santuário, 1994. p.319.

⁶ Cf. Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 12, n. 1. jan./abr. 2020. pp. 143-162.

⁷ BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 2009. pp. 67-68.

⁸ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 31-69.

O termo *intellectus* têm sua origem etimológica no latim que significa: faculdade de entender; entendimento ou inteligência, intelecto. Juntando com o termo *amoris=amor* (a inteligência do amor), pode-se traduzir por: entender com inteligência como amar.

Este é um termo usado pela teologia da libertação na América Latina para designar o amor de Deus por meio da pessoa do Jesus histórico – Jesus de Nazaré, principalmente na cristologia de Jon Sobrino para dar um significado a fé e a reflexão cristológica através do espírito e do olhar das Igrejas Latino-americanas (cf. SOBRINO, 1985, pp.84-86.⁹ Afirma Jon Sobrino, é “o exercício intelectual da misericórdia que analisa, de maneira mais adequada possível, as causas da realidade das vítimas, e o faz sanar e salvar (cf. J. SOBRINO, 1991, p. 649)”. Aqui vale apenas salientar que, a Teologia como: *auditus fidei, intellectus fidei, Fides quaerens intellectum e a intellectus amoris* estão intimamente ligadas na dimensão do fazer e viver teologia tendo como linguagem última da fé, o “amor”.

Não dá para se falar de teologia como *intellectus amoris* sem falar da teologia aplicada na América Central, e principalmente na América Latina e dos seus protagonistas como: Gutierrez e Sobrino, entre outros. Uma teologia intitulada como “Teologia da Libertação”, teologia esta que foi mal interpretada por muitos por fazer uma relação com a doutrina marxista e comunista, onde na verdade era uma teologia com uma maior ênfase no Jesus histórico, que é narrado nos evangelhos. Isto é, uma teologia que se faz a partir do mundo dos pobres, para o qual anuncia e constrói o que é mais central da revelação, o Reino de Deus, o que implica erradicar a opressão e a injustiça. Ao contrário da realidade histórica política e social do contexto em que a Teologia da Libertação irrompeu no seio das Igrejas em prol dos pobres e da justiça.

Para Sobrino, a teologia cristológica tem como ponto de partida sempre o Jesus de Nazaré (histórico) para podermos chegar ao Jesus Cristo, o ressurrecto e soteriológico. Nessa perspectiva teológica a preocupação é com uma cristologia que se preocupe com as condições de vida dos pobres e dos povos crucificados na América Latina e do mundo. Assim, a reflexão teológica e cristológica será sempre em

⁹ SOBRINO, Jon. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo: Vozes; Loyola. 1985. pp.84-86.

prol da inclusão social, política, religiosa e espiritualizada que se apresenta numa práxis do Reino de Deus.¹⁰

1.6.1 Como compreender?

Esse modo de fazer teologia implica configurar toda a sua atividade, dentro da práxis humana e cristã diante do sofrimento, para erradicá-lo. Nesta reflexão podemos perceber que há uma necessidade de determinar um lugar de onde partir e para onde chegar através do pensamento e do modo de agir teológico e cristológico que se apresenta e se identifica com o amor de Deus em prol da dignidade humana. Nisso se exige e se possibilita que a teologia se compreenda como *intellectus amoris*, e, mais concretamente, como *intellectus misericordiae, justitiae, liberationis* (cf. SOBRINO, 1996, p. 57-58).

A irrupção dos pobres exige e possibilita uma nova pré-compreensão e uma conversão fundamental da atitude teológica. Mas é além disso, questionamento primário a toda atividade humana cristã, e também a teológica, que exige uma resposta: é preciso erradicar o sofrimento dos pobres. Nesta resposta, a teologia vai se configurando como a “inteligência do amor” (cf. SOBRINO, 1994, 66-67).¹¹

Portanto, ela pode ser compreendida como *intelecção do amor* que nos torna semelhantes a realidade de Deus. Por isso, nosso trabalho visa apresentar a intuição do teólogo Jon Sobrino para a autocompreensão da Teologia da Libertação: a teologia como *intellectus amoris*. Contudo, toda teologia precisa ser um ato de amor.

2. Epistemologia da teologia

2.1 As fontes da teologia

Aqui abordarei alguns pontos epistemológicos da teologia. Começarei com As fontes da teologia que são: *a Tradição, a Sagrada Escritura (a Palavra de Deus escrita por inspiração do Espírito Santo) e o Magistério autêntico da Igreja*.

2.2 A Sagrada Tradição

¹⁰ SOBRINO, Jon. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo: Vozes; Loyola. 1985.pp. 100-111.

¹¹ SOBRINO, Jon. *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes. 1994.

Tradição (*do latim traditio, tradere = “entregar”, “passar adiante”*) é a continuidade ou permanência de uma doutrina, visão de mundo, costumes e valores de um grupo social ou escola de pensamento.¹² No caso da teologia cristológica o teólogo cristão representa a tradição cristã como fenômeno cultural, na ótica da fé cristã que assume a tradição como um acontecimento, cujos atores são os homens quanto a Deus.¹³

A sagrada Tradição transmite integralmente a Palavra de Deus, isto tem início no Primeiro Testamento com os profetas e com sua revelação aos patriarcas e se consolidou no Segundo Testamento com Jesus de Nazaré e posteriormente com os apóstolos que nas primeiras comunidades cristãs dão testemunho do Cristo ressurrecto. “Assim podemos afirmar que o Primeiro Testamento é teologia fontal de toda teologia presente e futura e da Sagrada Tradição”.¹⁴

A Sagrada Tradição transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que eles, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde resulta assim que a Igreja não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas (cf. DV, 9).¹⁵

2.3 A Sagrada Escritura

Como já foi dito, a *Sagrada Escritura* é a Palavra de Deus escrita por homens sob a inspiração do Espírito Santo para revelar o desejo, a condescendência e sua bondade para com seu povo, sendo assim, todo crente deve ter a sagrada Escritura como palavra de verdade, por que Deus é o autor. Por tanto, a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão intimamente correlacionadas, pois ambas se complementam no contexto das fontes teológicas.

2.4 Magistério autêntico da Igreja

A origem do termo Magistério vem do *latim, magisterium*, para indicar o papel e a autoridade daquele que é mestre. Para a Igreja católica apostólica romana o tremo

¹² ZAHAR, Jorge. *Dicionário básico de filosofia*, 4ªed. 1996. p. 269.

¹³ Cf. Dicionário de teologia fundamental / dirigido por René Lautorelle e Rino Fisichella. Petrópolis: Vozes; Aparecida, SP: Santuário, 1994. p.1015.

¹⁴ LIBÂNIO, João Batista; MURAD Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2011. p.112; LIBÂNIO, João Batista. *Introdução a teologia fundamental*. São Paulo: Paulus. 2014. p.185.

¹⁵ Constituição dogmática Dei Verbum sobre a revelação divina. 18 de novembro de 1965. Papa Paulo VI.

designa os pastores (bispos) que tem o múnus de interpretar e pregar autenticamente a Palavra de Deus nas Sagradas Escrituras e na Sagrada Tradição que foi conferida como depósito de fé a Igreja que tem Cristo como cabeça e o povo como seus membros, onde todo clero estar a serviço do próprio Cristo e do reino de Deus.¹⁶

2.4.1 Referência à fé eclesial

A eclésia (em grego: Εκκλησία; transliterado, ekklesia) era a principal assembleia da democracia ateniense na Grécia Antiga. Era uma assembleia popular, aberta a todos os cidadãos do sexo masculino. Este termo foi utilizado por Cristo e pelos apóstolos para dar um sentido de um corpo constituído de “iguais”.¹⁷ O que se buscou destacar com o uso deste termo “ekklésia” é a “igualdade”, onde não há diferença entre os membros do corpo de Cristo (cf. 1Cor. 12,13).

A eclesiologia fundamental trata da concepção do que podemos apresentar como Igreja. Este conteúdo indica que a Igreja é a mediadora da revelação salvífica de Deus para a humanidade por meio de Jesus Cristo, o verbo encarnado como plenitude desta revelação. O Concílio Ecumênico Vaticano II diz que: “a missão da Igreja é guardar o Depósito da Fé que o Senhor Jesus lhes confiou e que ela cumpre em todos os tempos, colocando em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja, e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho (Fidei Depositum)”.¹⁸

A eclesialidade é um princípio unificador da fé: une, junto de si, diversos aspectos numa única realidade eclesial de fé: a fé é antropológica: comporta uma estrutura racional e, por conseguinte, ela é um ato existencial.¹⁹ A Igreja é enriquecida com os dons do seu fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus por meio do Espírito Santo.

O Concílio Vaticano II por meio da Lumen Gentium, afirma que a Igreja é além do que já foi citado, é um mistério. Ela pode ser descrita de diversos modos: povo de Deus, corpo de Cristo, esposa de Cristo e templo do Espírito Santo. Esta é a única Igreja de Cristo, que no Credo confessamos ser una, santa, católica e apostólica. Cabe ao Magistério Eclesial manter viva e compreensível a mensagem de Jesus, a fim de que seja compreensível por quem a recebe, mediante a linguagem e contexto cultural de cada época (cf. LG, 25).²⁰

¹⁶ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2009. pp. 446-447.

¹⁷ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eclesia>. 13/03/2022. 22:17.

¹⁸ Constituição apostólica do sumo pontífice João Paulo II Fidei Depositum.

¹⁹ Constituição dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja.

²⁰ Ibidem. p.25.

2.5 A teologia como ciência

2.5.1 Método específico, debate sobre a cientificidade da teologia

É basicamente fundamentada em duas dimensões: a metódica e a crítica. A dimensão crítica se refere ao “saber do próprio saber”, ou seja, a reflexão sobre o valor epistemológico da ciência em questão. “A teologia é *ciência* na medida em que realiza a tríplice caracterização formal de toda ciência, que é de ser crítica, sistemática e auto-amplificativa”.²¹

A teologia em época passada foi a rainha e a ditadora das ciências, posteriormente (era moderna) houve um conflito muito grande entre a teologia e as ciências empíricas provocando um grande abismo entre ambas. Já na contemporaneidade há um diálogo inter-relaciona entre todas as ciências, onde inclusive, a teologia absorve conhecimentos que possam enriquece as suas reflexões e práxis.

Toda via, as ciências humanas também reconhecem a importância da teologia e principalmente da fé teológica para a existência humana, por exemplo: a medicina e a psicologia que em suas pesquisas apresentam dados concretos de que os pacientes em tratamento que tem fé principalmente relacionada a um tipo de religião respondem melhor do que os ateus e/ou sem religião.

Contudo, a teologia e a filosofia mantiveram um matrimônio patriarcal de fidelidade onde aparece um personagem muito importante (Santo Tomás) que “define com rigor a relação entre teologia e ciência, servindo-se do conceito de Aristóteles e o readaptou para a teologia”.²²

Respeitando o rigor científico, Jung observou toda a espécie de manifestação religiosa, tanto do ser humano primitivo quanto das formas diversas de religiões que se manifestam nas fases mais avançadas da cultura humana, e nas tradições do Ocidente e do Oriente ao longo dos séculos. Assim, ele viu-se obrigado a reconhecer que a experiência religiosa é proveniente do inconsciente coletivo, de energias dinâmicas e símbolos de significados atemporais e universais, que escapam à consciência individual (Cf. UTSCH, 2013, p. 369).²³

²¹ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico (versão didática)*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2001. p.24.

²² Cf. LIBÂNIO, João Batista; MURAD Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. 8ª ed. São Paulo: Loyola. 2011. pp. 79-80.

²³ MOLTSMANN, Jurgén. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos. 2004. p. 23.

2.5.2 Os desafios da interpretação.

A interpretação faz parte da ciência da hermenêutica que tem o objetivo de tornar compreensível ou entender um enunciado (textos) de difícil compreensão teológica, literária, histórica, filosófica, cultural e confissão de fé religiosa. A teologia por meio dos seus agentes (teólogos) é levada diariamente a uma situação na qual precisa filtrar o que ouve e vê para julgar e agir a partir da sua formação intelectual e metodológica e, por sua intuição e por reflexão para ser aplicada em prol da humanidade. No caso da Sagrada Escritura, deve ser lida no seu sentido natural, isto é, levando em conta o seu gênero literário, os seus contextos e na completude da obra.²⁴

Na contemporaneidade em que a sociedade procura viver a distância da verdade de Deus confiando suas vidas em coisas perecíveis e ídolos, onde o conceito de família está cada vez mais diluído, onde as crianças e jovens não tem mais parâmetros referenciais de ética social, moral e religiosa, com uma leitura e linguagem de mundo diferenciada e com um conceito de Deus distorcido, é aí que entra o desafio da teologia junto com a Igreja para interpretar e compreender estes fenômenos e atualizar a linguagem para que esta sociedade possa compreender quem realmente é Deus, onde Ele se encontra e como Ele agi. Uma interpretação que seja possível um diálogo fecundo entre cristianismo e sujeito ou razão moderna e para dar sentido de relevância à fé cristã. Novo tempo, nova teologia, nova ação!

3. Características do fazer teológico

3.1 Os tipos de discurso

Os tipos de discurso teológicos apresentam-se de três formas: através da teologia profissional, pastoral e popular. São três discurso com linguagens teológicas distintas.

3.1.2 Teologia profissional

Essa forma adota em geral o caminho da ciência. Ela procura ser crítico-metódica, sistemática e aberta a desenvolvimentos posteriores. O teólogo profissional

²⁴ Cf. GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica na teologia*. Petrópolis: Vozes. 2004. p. 29.

tem uma dupla inserção: ele atua ao mesmo tempo na academia e na comunidade eclesial. Porém ele exerce seu trabalho sempre com o objetivo e visando o povo de Deus. É dever do teólogo estar presente junto às comunidades exercendo seu ministério de uma forma ampla, para iluminar teologicamente a fé, de refletir criticamente e discernir sobre as realidades cotidianas e programar atividades pastorais e de debates.²⁵

3.1.3 Teologia pastoral

É a parte da teologia que cuida da aplicação prática dos ensinamentos teológicos voltados para a evangelização e para a ação pastoral da Igreja e para a formação dos seus fiéis leigos enquanto filhos de Deus. Com procedimentos próprios, com linguagem definida a seus destinatários.²⁶

3.1.4 Teologia popular

Esse é um modo de teologizar que corresponde ao senso comum e tem uma *linguagem ordinária. Dos sensus fidelium*. É uma teologia guiada pelo Espírito da Verdade (cf. Jo 16,13). É uma teologia caseira, oral ou falada. Essa teologia apesar de ser caseira pode ser também crítica, não no sentido científico, mas da “consciência crítica”. Pois o povo muitas vezes, revela senso crítico mais agudos que muitos doutores. Contudo é de grande relevância afirmar que ambas as teologias estão interligadas num só propósito, buscar a integridade do ser humano como filho de Deus.²⁷

3.2 Referências fundamentais da teologia

3.2.1 A relação da teologia com a Igreja.

A Igreja, sem uma compreensão e sem uma práxis correta da teologia, torna-se uma igreja herética e vazia da compreensão de Deus e de Jesus Cristo, como as muitas o apóstolo Paulo teve que exortar as suas comunidades ao longo de

²⁵ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2009. pp.597-598.

²⁶ Ibidem, p.598

²⁷ Ibidem, p.599

seu ministério, cheio de dificuldade no seu propósito e na missão. Como por exemplo no capítulo 3 de Efésios. Uma igreja que não conhece verdadeiramente a Deus é imatura e despreparada para cumprir sua missão na sociedade secular e como Igreja “povo de Deus”.

Clodovis Boff diz que a Igreja é sempre o *sujeito primário e geral* de todos os caríssimas, serviços e missões, inclusive da teologia. O sujeito da fé é também da reflexão da fé a teologia. “*Uma Ecclesiae quaerens intellectum fidei*”²⁸. Como toda Igreja é “crente”, “O Povo santo de Deus participa do múnus profético de Cristo” (LG 12)²⁹.

3.2.2 A bíblia como alma da teologia

Como já foi dito, etimologicamente, teologia é estudo e reflexão sobre Deus, assim, sendo, a Bíblia como um conjunto de livro inspirado por Deus por meio dos hagiógrafos é verdadeiramente “Teologia”. Pois os textos Sagrados contidos nela revela que Deus sempre quis ser próximo do ser humano, tanto que divinizou a humanidade por meio de Jesus Cristo.

Nesta perspectiva, a teologia pode ser entendida em três formas: geral, fontal e implícita. A teologia cristã é fundamentada na Palavra de Deus contida na Bíblia que se expressa na pessoa de Jesus de Nazaré que revela o “Verbo” que fortalece a fé e se transforma num seguimento e num modo de agir. A Bíblia através das Escrituras Sagradas faz uma exigência a teologia para uma reflexão e um aprofundamento da fé e da ligação do Primeiro com o Segundo Testamento onde contém os planos de Deus³⁰

CAPÍTULO II

Teologia Pastoral

2.1 História da Teologia Pastoral

²⁸ Ibidem, p.425

²⁹ Constituição dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja.

³⁰ Cf. BOFF, Clodovis. Teoria do método teológico 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 561-563.

Ao falarmos da história da teologia pastoral precisamos antes de tudo compreendermos a sua definição para sua verdadeira natureza de uma forma que possa ser aceita universalmente.

A palavra “teologia” provém do grego *theologia* (θεολογία), derivada de *θεός* (theos), que significa “deus”, e *-logia* (-λογία), que significa “enunciados, discurso” e foi desenvolvido pelos cristãos a partir da Bíblia para falar da relação de Deus para com o homem³¹. A Teologia pode ser definido como uma explicação sistemática do conteúdo de uma fé. Esta definição em geral aplica-se igualmente aos judeus, muçulmanos, cristãos.

A teologia cristã é uma explicação metodológica do conteúdo da fé cristã e é principalmente uma função da igreja cristã. É o resultado de uma reflexão participativa e disciplinada na Auto-revelação de Deus em Jesus de Nazaré. É a fé cristã apresentada em uma forma particular de expressão. Teólogos cristãos que trabalham dentro desta comunidade e são responsáveis perante ele.³²

Já o termo pastoral, é definido por Salvador V. Fontes como “mistério da Igreja, povo de Deus, que sob o impulso do Espírito Santo, atualiza a práxis evangelizadora de Jesus Cristo, voltada para a auto-edificação dela mesma e para a expansão do Reino de Deus no mundo”.³³ Logo, juntando os termos podemos dizer que Teologia Pastoral é a reflexão sistemática feita sobre esse serviço exercido pela Igreja, povo de Deus, assim, todos membros da Igreja a quem são designadas tarefas e ou funções específicas para o ministério da mesma podem ser considerados teólogo pastoral.

Para o cientista em teologia, Agenor Brighenti, esse tratado nos traz duas concepções antagônicas entre si: a teologia pastoral em seu sentido amplo é entendida como teologia prática, e em sentido estrito como ciência que o magistério da igreja interpreta as ações diretas das práticas eclesiais, isto é, correção e ensinamentos dos aos cristãos fiéis (leigos e/ou clérigos) enquanto filhos de Deus e membros da Igreja no âmbito político, social, evangélico e ministerial para a salvação de todos e para a glória de Deus, e “criado a sua imagem e semelhança (GS cap. I)”.

O termo “pastoral” não aparece na Escritura Sagrada. Ele é derivado do substantivo “pastor”, este sim, é bastante presente tanto no Antigo Testamento como no Novo. Função de pastoreio (alimentar, dar de beber, cuidar, proteger e ensinar) exercida pelo proprietário das ovelhas ou por alguém a ele confiado por meio de remuneração ou não (Ex 2,16-17; Jo 10,11-12). A figura do pastor é muito presente em

³¹ <https://pt.Wikipedia.org/wiki/teologia>. Acesso em 19/12/2022.

³² Dicionário Beacon Teológico p. 780, 1984.

³³ Cf. Espiritualidade *Pastoral*. Paulinas. 2008. pp. 20-21.

Israel até hoje, figura esta que se tornou referência para relação entre Deus e o povo, e dos dirigentes (2Sm 7,7). No Novo Testamento Jesus usou esta mesma figura para se referir a Ele e a seus discípulos (Lc 15,4-7; Jo 21, 16-17). Ele ainda pode ter como referência as três cartas endereçada por Paulo a seus discípulos: Timóteo e Tito, que desde a muito tempo receberam este adjetivo pelo fato do seu conteúdo, onde o Apóstolo dar indicações de como eles deveriam conduzir as comunidades a eles confiadas.

A teologia pastoral dentro das propostas oferecidas pode ser definida como reflexão teológica sobre o conjunto das atividades com as quais a igreja se realiza com a finalidade de definir como essas atividades deveriam ser desenvolvidas, levando em consideração a natureza da Igreja, sua situação atual e a do mundo.³⁴ *Esta reflexão não é uma espécie de “teologia prática”, enquanto aplicação de conteúdos preconcebidos, mas uma dimensão da teologia como um todo que, quando autêntica, tem em vista a ação evangelizadora* (Agenor Brighenti, p.43, 2006). Portanto, o estudo da teologia pastoral deve ser feito com metodologia teológica. Assim, podemos dizer que a teologia pastoral é também uma reflexão a partir da fé, do dado revelado, do magistério da Igreja que entra em diálogo com as situações históricas do mundo.

O conteúdo e os temas principais relacionados a teologia pastoral podem e variam entre os autores, pois dependem de sua ótica, contexto e perspectiva para que seja elaborada a sua definição e as etapas dentro da história eclesial.

Mihály Szentmártoni no livro introdução a teologia pastoral apresenta quatro etapas:

- *Primeira etapa:* ela tem sua gênese no século XVII na universidade (Unterricht von Pfichten des pastoralamtes, 1777) após a reforma de ensino universitário, onde naquele momento a teologia pastoral também chamada de teologia prática não era entendida como uma disciplina autônoma e científica, mas como ensino da profissão (deveres e atividades) aos pastores têm pouca teologia bíblica e mais ética e tradição e tem como tema principal o pastor ou a cura de almas.
- *Segunda etapa:* esta traz a “orientação bíblico-teológica”, agora a teologia pastoral torna-se precisamente teologia pastoral, isto é, uma ciência em que a Igreja vai construindo sobre si mesma. A Igreja que por meio do conteúdo querigmático passa a ter o trabalho de mediadora da salvação do homem, promotor de vida através do

³⁴ SZENTMÁRTONI Mihály. *Introdução a teologia pastoral*. pp.11,12. 2013.

sacerdote que passa a ser colaborador ativo de Deus no seu Reino para a salvação humana através da sua própria vocação e não como funcionário da igreja.

- *Terceira etapa:* trata-se do “cunho eclesiológico”, isto é, o objeto da teologia pastoral é a Igreja a qual o cristianismo é edificado em vista da parusia e da vida eterna. Assim a Igreja se autodefine: “edificação do Reino de Deus”.

- *Quarta etapa:* A apresenta a reforma querigmática apresentada e assumida pelo primeiro professor de teologia pastoral da escola de Tubingem, J.B. Hirscher, que assume a ideia do reino de Deus como critério para as pregações religiosas onde a ação pastoral é fundamentada no anúncio do Evangelho de Jesus Cristo. A. Graf após aprofundar a concepção eclesial propõe a seguinte definição para a teologia pastoral: “A ciência das atividades divino-humanas realizadas pela Igreja por intermédio de pessoas por ela incumbidas de tal tarefa, de preferências pertencentes ao estado eclesiástico, para a edificação da mesma Igreja”.³⁵

Desenvolvimentos mais recentes: “A autoconstrução da Igreja”. O conceito de teologia pastoral como edificação de Igreja tem ressonância no século XX e é reavivado pelo teólogo K. Rahner (1964) dando um impulso determinante para o desenvolvimento da teologia pastoral com um novo enfoque na sua problemática. Para K. Rahner a realidade do mundo incide essencialmente na construção da ação eclesial e cristã onde a Igreja é condicionada pela situação atual que é desejada por Deus e que nela pode-se perceber a vontade dEle. Mas isso implica numa análise profunda e crítica da teologia e da prática pastoral, e é nesse sentido que o concílio Vaticano II objeta a continuidade do significado de “pastoral” que emerge da vida eclesial e da teologia. Assim, o conteúdo e novas perspectivas continuarão em debates por outros teólogos para afirmar que a teologia pastoral é uma reflexão sobre a autorrealização da Igreja por meio dos seguintes elementos: o anúncio da palavra, os sacramentos, a vida cristã segundo a lei, a ação caritativa.

A teologia pastoral apesar de ser relativamente nova, com aproximadamente dois séculos percorreu um caminho difícil na sua maturação e no seu conceito, por que a sua elaboração dependia de uma teologia de ação efetiva que também dependia de uma reflexão e evolução da prática e da razão apoiada na tradição teológica cristã que tem como princípio; a teologia sapiencial no período patrístico, a teologia científica na época medieval, a teologia moderna na época contemporânea (Agenor Brighenti, 2006).

³⁵ Ibidem, p. 13

O desdobrar-se da teologia pastoral se deu com maior fervor na América Latina no caribe que tomou como ponto de partida o concílio do Vaticano II que trouxe uma grande ênfase na reflexão sobre as novas práticas eclesiais e sociais, sobretudo nas décadas de 70 e 80 através da ação Católica Especializada em práticas populares, eclesiais e sociais, respaldadas pelos “intelectuais, teólogos, pastoralistas e cientistas sociais” (Agenor Brighenti, p.55, 2006).

2.2 Plano de Pastoral hoje no Brasil

Ao falarmos de Plano Pastoral no Brasil hoje, é bom fazermos uma retrospectiva na História da Igreja no Brasil e o seu contexto que levou a necessidade de elaborar um Plano de Pastoral para responder as necessidades que se apresentaram. Essas necessidades surgem logo após a vinculação da Igreja ao poder monárquico no século XIX com a criação de novas regionais episcopais. No ano de 1952, Dom Élder Câmara, que na época era bispo auxiliar do Rio de Janeiro, fundou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teria a tarefa de articulação do episcopado brasileiro e a organização pastoral. A partir de então e de uma provocação do Papa S. João XXIII, que estava preocupado com a realidade em que se encontrava a América Latina e Brasil com a questão: do naturalismo, teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o marxismo, teoria de Karl Marx, o protestantismo e o espiritismo kardecista. Foi nesse contexto que a CNBB iniciou a sua produção de documentos em prol da ação evangelizadora e da renovação da Igreja no Brasil.³⁶

2.3 Plano CNBB/DGAE

O Plano de Pastoral é um documento elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que apresenta as diretrizes e orientações para a ação evangelizadora da Igreja Católica no Brasil em um determinado período. Atualmente, o Plano de Pastoral da CNBB está em vigor para o quadriênio de 2019 a 2023 e tem como tema “Iniciação à Vida Cristã: Caminho para a Maturidade Discipular”.

Esse Documento é de nº 109 (DGAE) da CNBB tem no seu conteúdo de 93 páginas, em seus quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como título o “Anúncio do Evangelho de Jesus Cristo”, o segundo: Olhar de discípulo missionário, o terceiro: A

³⁶ Revista cci. n. 123. 2018. Planejamento Pastoral. p. 22.

Igreja nas casas, o quarto: A Igreja em missão. Nesse documento eu considero três palavras chaves: Comunidade, missão e desafio. O texto aprofunda a atuação e os desafios encontrados pelas comunidades eclesiais missionárias no contexto urbano.

O objetivo central desse plano é fortalecer o processo de iniciação à vida cristã em todas as dimensões da vida eclesial, desde a infância até a vida adulta. O documento propõe um itinerário formativo que busca formar discípulos missionários comprometidos com a construção do Reino de Deus na sociedade. Para alcançar esse objetivo, o plano apresenta quatro eixos norteadores:

- A Palavra de Deus como fonte de vida e missão: esse eixo busca incentivar o estudo e a vivência da Palavra de Deus como fundamento da fé cristã e fonte de inspiração para a missão evangelizadora.
- Liturgia e sacramentos como celebração da fé: esse eixo destaca a importância da celebração dos sacramentos como expressão da fé e instrumento de graça para a vida cristã.
- Caridade como expressão da fé: esse eixo enfatiza a dimensão social da fé cristã, incentivando a solidariedade e a promoção da justiça em todas as esferas da vida.
- Testemunho de vida cristã como missão em estado permanente: esse eixo propõe o testemunho de vida como elemento fundamental da ação evangelizadora, buscando formar discípulos missionários que sejam luz para o mundo.

O Plano de Pastoral da CNBB é um instrumento importante para a ação evangelizadora da Igreja Católica no Brasil, pois orienta as atividades pastorais das dioceses, paróquias e comunidades eclesiais em todo o país. Além disso, busca promover uma pastoral de conjunto, integrando as diversas realidades eclesiais em um esforço comum de evangelização e construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

O documento no primeiro e no segundo capítulos trata da questão da Igreja como comunidade de discípulos de Jesus Cristo e sendo fiel a Deus e a sua Palavra e a sua condição de batizado deve se projetar em missão evangelizadora da Boa Nova do Reino de Deus, quer que seja na cidade ou no campo levando a única luz, verdade e vida, que é o próprio Jesus Cristo para que todos os povos sintam a alegria de ser amados e tornar-se filhos de Deus e que por meio da vida nova incorporado em Cristo possa desenvolver uma existência humana plena em sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural sem relativizar as questões: moral, ética e o sentido de pecado que afastam o ser humano de Deus.

O segundo capítulo enfatiza a questão da ação missionária no contexto urbana onde há uma diversidade de pessoas, raças, culturas, ideologias, crenças e religiosidades, onde a tradição vai se esvaindo a cada dia porque nesse contexto tudo é imediato e tudo muda em grande velocidade, onde os valores, tradição, senso familiar e comunitário estão diluindo-se e fragmentando-se, assim, uma evangelização em massa ou em grande número fica impossível, a sugestão é formar pequenas comunidades eclesiais missionária por leigos e leigas que passam a participar da vida da Igreja onde sobrevive as amizades para que sejam partilhadas e aprofundadas as experiências de fé em Deus e a fidelidade a Jesus Cristo.

O terceiro e o quarto capítulo reflete sobre a Igreja nas casas familiares espaço que caracteriza a igreja doméstica lugar onde Jesus se encontrava com seus amigos para o diálogo, e para a evangelização, a conversão e a cura física e espiritual. Casa familiar, espaço do das relações fraternas, de profissão de fé, na comunhão fraterna, na partilha do pão, da oração e pode tornar-se lugar de encontro com Deus e da abertura para a missão evangelizadora a exemplo de Atos dos Apóstolos 2 e 8, para dizer que a dinâmica e a perspectiva da evangelização toquem todas as realidades e periferias, independente das circunstancias locais. Onde o modelo das ações deve ser sempre espelhado nas comunidades primitivas no qual o estilo de vida era a encarnação do evangelho de Jesus Cristo.

O documento no n. 172 diz que a ação evangelizadora deverá ter um olhar pastoral assim como os apóstolos tiveram, um olhar de caridade e alegria a serviço da vida:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angustias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angustias dos discípulos de Cristo e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração.³⁷

Essa missão vai exigir formação. Habilidade e carismas, e uma volta a pregação original do Evangelho de Jesus Cristo mesmo numa nova época para ter êxito neste terceiro milênio. Precisa fazer caminho sinodal para poder identificar as dificuldades e criar planos de evangelização, assim, como fez a Arquidiocese de São Paulo Brasil, por meio do seu Arcebispo e cardeal Dom Odilo Pedro Scherer. Sínodo esse que traz como tema “Deus habita esta Cidade. Somos suas testemunhas”, mesmo a meio tantas dificuldades e injustiças sociais.

³⁷ Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) para os anos 2019-2023.

Segundo a Carta Pastoral e Propostas Sinodais a partir do 1º sínodo arquidiocesano de São Paulo, 2017 a 2023. Essa Carta traz um dado negativo muito importante apontado e confirmado pelo sínodo que os católicos de São Paulo estão pouco ligados à Igreja:

Na média, apenas cerca de 6% deles frequentam a Igreja regularmente para oração em comum, para ouvir a Palavra de Deus e participar da Eucaristia. Outros 24% dos católicos vão esporadicamente à Igreja, mas sentem-se pouco ligados a ela. Os restantes 70% dos irmãos não frequentam a Igreja e, por isso, dela nada recebem e já não se identificam com ela. Isso é um problema sério e tem consequências para o futuro a sua fé e para a vida da Igreja.³⁸

São diversos os motivos que levam a esses números confirmados pelo sínodo. A carta pastoral convoca toda a Igreja a propor práticas de “comunhão, conversão e renovação missionária” de nossa Igreja em São Paulo para que ela se torne comunidade de leigos e leigas discípulos unidos como membros do corpo de Cristo na missão de testemunhar o Evangelho e o Reino de Deus.

2.4 Plano de Emergência

2.4.1 Documentos da CNBB – 76

Na verdade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde outubro de 1952, tem a responsabilidade de tentar coordenar, plano nacional, da atividade apostólica, da Igreja no Brasil. Contudo, a tarefa da CNBB tornou-se complexa as dimensões continentais do país, o número sempre crescente de Circunscrições Eclesiásticas e a dificuldade de comunicação (p.10).

Esse documento foi elaborado em abril de 1962, na 5ª Assembleia Geral da CNBB. O cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, foi o Presidente da CNBB e Dom Helder Câmara foi o Secretário-Geral como resposta ao pedido do papa João XXIII, em carta escrita ao CELAM em dezembro de 1961, esse foi o primeiro documento de planejamento pastoral para todo o Brasil. Para isso, os bispos tiveram que realizar um trabalho todo especial a respeito do contexto social e eclesial em que a Igreja estava inserida, e sobre a possibilidade de renovação das paróquias tanto nas condições estruturais interna e externa, como nas dimensões catequéticas,

³⁸ Carta Pastoral e Proposta Sinodais a partir do 1º Arquidiocesano de São Paulo 2017 a 2023, p. 5.

missionária, espiritual e evangélica no plano da salvação em Jesus Cristo (2ª edição Paulinas p. 16).

O Plano de Emergência nasceu antes da abertura do Concílio Vaticano II. Esse plano apresentava 4 eixos fundamentais, que tinham por objetivo unificar a ação eclesial no Brasil. Renovação era a palavra de ordem, por isso os três primeiros eixos a tinham em mente:

- 1º Renovação das Paróquias;
- 2º Renovação do Ministério Presbiteral;
- 3º Renovação dos Educandários Católicos.
- 4º eixo era a própria implantação de uma ação pastoral planejada: Introdução a uma Pastoral de Conjunto.³⁹

A grande preocupação da santa Sé nesse momento era com a América Latina que estava sofrendo grande influência de quatro práticas que o Santo Padre entendia como grande perigo para as famílias, para a sociedades e para a Igreja como um todo, eram eles: o naturalismo, o protestantismo em expansão, o espiritismo; o marxismo que impregnava as Escolas, as faculdades e controla os Sindicatos Operários, esse era o pior de todos.

Contudo, com os levantamentos apontados tanto pelas pastorais e pelo episcopado ficou constatado que alguns problemas internos nas arquidioceses e nas paróquias eram perpétuos, individualismo nosso apostolado, as paróquias com ação isolada da Diocese e a Diocese por sua vez isolada das paróquias. A igreja no Brasil sempre foi preocupada com os menos favorecidos (pobres), nesse momento coube uma reflexão pelo episcopado: “talvez tenhamos, aqui e ali, de rever nossas prioridades pastorais, indagando, por exemplo, se damos à catequese o mesmo esforço que dedicamos aos problemas sociais” (p.20). Assim, a preocupação do Episcopado brasileiro volta-se especialmente para as paróquias, na questão da liturgia da missa que deveria estimular a participação do povo no mistério de Cristo na dimensão espiritual e na vida real através da música e da homilia, a participação do povo leigo não deveria ser exortada apenas na missa, mas em todo contexto pastoral da Igreja.

O episcopado faz uma analogia da Igreja com um corpo doente com várias chagas a serem tratadas como exemplo duas chagas:

- **Só por exceção** estamos dando ao **leigo o lugar** que lhe cabe, o que importa em reduzir a colaboração dos leigos a proporções muito limitadas e inexpressivas;

³⁹ Coutinho, Sérgio Ricardo. “Conversão pastoral e renovação missionária a partir das CEBs.” Revista Encontros Teológicos 25.3 (2010).

• **Falta-nos planejamento**, sobretudo de conjunto. Ainda podem ser saudadas como pioneiras as experiências de Campinas, de Ribeirão Preto e do Nordeste (em torno de Natal).” Afirmam os Srs. Bispos que a respeito de cada uma das falhas a apontar nos diversos setores da vida da Igreja no Brasil, será sempre necessário perguntar o que se tem feito no sentido de: compreender, orientar, ajudar, tentando a união de todos “num clima que leve à superação de visões individualistas e a sacrifícios heroicos exigidos em horas de crise” (Doc. CNBB – 107 p. 31).⁴⁰

Ao perceberem que as estruturas, as ações e as obras agem de forma isoladas tornem-se fracas, assim surge a necessidade de um grande esforço no sentido de um engajamento na realidade paroquial, diocesana, provincial ou regional. Portanto, a condição básica de funcionamento deste Plano de Emergência será a organização da Diocese com flexibilidade e eficiência das relações com os sacerdotes, religiosas e leigos, tornando-os não como meros executores de ordens e tarefas, mas parceiros no combate em prol da melhoria da Igreja, contudo, sem perder o fundamental sentido hierárquico e o espírito de equipe fundamentado na Igreja primitiva apostólica.

Esse documento traz preocupações no âmbito religioso, eclesial, pastoral, social e com ideologias políticas como o combate ao comunismo e ao marxismo, só que havia outro monstro que deveria ser combatido com a mesma intensidade que os anteriores, esse era o “capitalismo liberal”.

O Santo padre Papa Francisco na encíclica “Laudato Si” de 2015, reafirma o ensinamento da doutrina social da Igreja Católica e reelabora e introduz no conceito global em defesa do “cuidado da casa comum”. Onde, além de tratar das questões acima citadas traz reflexão sobre: ecologia, ciência tecnológica, economia, entre outras. As críticas do Papa Francisco são duras, porém apresenta sugestões para que a catástrofe ambiental não destrua essa “casa comum”. As críticas mais duras são em relação ao poder político, ao poder econômico, como o capitalismo que muitas vezes chegam serem selvagens devorando tudo que aparecem em sua frente.

O Plano de Emergência é centralizado em torno da CNBB, que reconhecendo as deficiências na estrutura episcopal, eclesial e paroquial criam comissões, centros de estudos, secretarias, organizações, renovações e revitalizações, congregações, renovação do ministério sacerdotal, etc. Movimento da Ação Católica especializada conforme os diversos meios de vida, os leigos assumirão a iniciativa e a plena responsabilidade das tarefas temporais nas suas comunidades, os leigos agora serão também protagonistas da sua história na igreja e para a Igreja.

⁴⁰ PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL Cadernos da CNBB, no 1, 1963.

O Plano de Emergência tem como objetivo de atualizar sempre mais a CNBB e dar-lhe rendimento pleno, tanto na orientação como na execução dos planos para que haja continuação da missão de Cristo na Igreja que participa de sua tríplice missão: Profeta, Sacerdote e Rei. Como comunidade de Igreja, a paróquia participa desse tríplice missão e constitui-se como:

- Comunidade de fé, cuja missão primeira e essencial é o ministério da Palavra. Seu objetivo é a fé como assentimento da inteligência e engajamento do homem todo.
- Comunidade de culto – comunidade do serviço divino, do louvor divino, da oração. Seu centro, sua fonte, é o altar, a celebração solene da Eucaristia.
- Comunidade de caridade, cujo movimento ³⁴ é levar todos a formar uma única família em Cristo, para que Deus seja Tudo, em todos (Doc. CNBB – 107).⁴¹

2.5 Plano Pastoral de Conjunto

A Pastoral de Conjunto, é chamada também de Pastoral Orgânica, não podemos pensar como uma nova pastoral a ser implantada na Igreja, nem mesmo pode-se conceituar como uma Pastoral específica como tantas outras. Ela nasceu através da renovação eclesial efetuada pelo Concílio Vaticano II, pela compreensão de que a Igreja é formada por várias comunidades que formam o “povo de Deus (LG nn. 9-17)”, onde ação pastoral acontece de forma articulada. Trata-se de um modo de pensar, ver, julgar e agir, uma ação evangelizadora das dioceses movida pelo espírito de comunhão. Cabe a Pastoral de Conjunto, a tarefa de promover a unidade das pastorais e da Igreja (cf. Mt 29,19).

O termo Pastoral de Conjunto foi definido em Puebla, em 1979, o episcopado latino-americano como: ação global, orgânica e articulada, que a comunidade eclesial realiza sob a direção do bispo, destinada a levar todos os membros à plena comunhão de vida com Deus. O Plano de Pastoral constitui-se em uma análise da realidade à luz da fé e mostra o desejo de iluminá-la com a Palavra de Deus. O itinerário proposto leva em consideração as urgências apresentadas pelas Diretrizes da CNBB (2011).

O Concílio Vaticano II com o objetivo de que a Igreja no Brasil inspirada pelos grandes Documentos Conciliares se transformasse numa Igreja renovada idealizada por esse concílio. Esses documentos conciliares deram origem as seis linhas de trabalho da Igreja Católica:

⁴¹ Ibidem. p.49.

- 1) Unidade visível da Igreja Católica (Lumen Gentium, Christus Dominus, Presbyterorum Ordinis, Optatam Totius, Perfectae Caritatis, Apostolicam Actuositatem);
- 2) Ação Missionária (Lumen Gentium, Ad Gentes);
- 3) Ação Catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica (Dei Verbum);
- 4) Ação Litúrgica (Sacrosanctum Concilium);
- 5) Ação Ecumênica (Unitatis Redintegratio);
- 6) Ação da Igreja no mundo (Gaudium et Spes, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate, Gravissimum Educationis, Inter Mirifica). (Plano Pastoral de Conjunto p. 2).⁴²

Enquanto o Plano de Emergência se limitou a formular a nível: princípios, sistema, diretrizes concretas e previu a criação de determinados instrumentos e estruturas: secretariados regionais, CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), equipes de assessoria, a renovação de alguns setores da Igreja, a paróquia, o ministério sacerdotal, o sistema educacional católico, etc. Já o Plano de Pastoral de Conjunto foi elaborado para dar seguimento ao *Plano de Emergência* e concretizar o plano de renovação da Igreja desenvolvido pelo Concílio Vaticano II. É nesta perspectiva que situamos o *objetivo geral* do Plano de Pastoral de Conjunto, que é: *Criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II.*

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO TEOLÓGICA DOS LEIGOS

3.1 Cristãos Leigos e leigas na Igreja e na sociedade

O documento 105 da CNBB, cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14), traz no seu corpo textual, além da introdução e conclusão três capítulos:

- O primeiro é titulado “O Cristão Leigo, Sujeito na Igreja e no Mundo: esperanças e angústias”, trata da vocação e missão do cristão leigo e leiga na Igreja e na Sociedade como um marco histórico-ecclesial no Brasil e no mundo.

⁴² PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1966 – 1970. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

- O Segundo é titulado: “Sujeito Eclesial: Discípulos Missionários e Cidadãos do Mundo”. O foco nesse capítulo é a compreensão laical como sujeito eclesial da dignidade, da identidade e dos carismas diversos que devem ser colocados a serviço da Igreja e da sociedade tendo Jesus Cristo como modelo de vida.
- O terceiro é titulado “A Ação Transformadora na Igreja e no Mundo”, aqui há uma abordagem sobre os cristãos leigos e leigas no Brasil como: Igreja, comunidade missionária, uma espiritualidade encarnada, presença formação e organização, ação transformadora.

Documento CNBB 105 – Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade é o resultado de uma reflexão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na Assembleia Nacional em 2016, aprovado e publicado no mesmo ano, com o objetivo de ressaltar a importância da formação teológica dos leigos para sua atuação na Igreja e na sociedade brasileira para que eles sejam sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14), como propões o Concílio Vaticano II e a Exortação Apostólica pós-sinodal (Cf, n.59).

Segundo o documento, os leigos são chamados a ser presença ativa e transformadora na sociedade, assumindo seu papel de protagonistas no mundo em que vivem. Para isso, é fundamental que eles tenham uma formação sólida na fé cristã, que lhes permita compreender a realidade à luz do Evangelho e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária com um olhar objetivado ao pobre em todas as suas dimensões.

A formação teológica dos leigos deve ser voltada não apenas para o conhecimento intelectual da doutrina cristã, mas também para sua vivência concreta na realidade social em que se encontram. O documento destaca a importância da formação integral dos leigos, que deve incluir não apenas a dimensão intelectual, mas também a espiritual, moral e pastoral, teórica e prática, porque “sem uma formação permanente, continua e consistente, o cristão leigo corre o risco de estagnar-se em sua caminhada eclesial (n. 226).”

Além disso, o documento ressalta que a formação teológica dos leigos não deve ser uma atividade isolada, mas sim integrada à vida pastoral das comunidades em que estão inseridos. Nesse sentido, as paróquias e comunidades eclesiais devem oferecer oportunidades de formação para os leigos, que possam contribuir para o fortalecimento da fé e o desenvolvimento de habilidades e competências para a atuação na sociedade como discípulo de Cristo e membro da Igreja, pois todo batizado é chamado a ser um sujeito eclesial, segundo a sua capacidade e de acordo com seus dons e carismas e sua função, se coloca a serviço dos irmãos.

Em resumo, o Documento CNBB 105 destaca a importância da formação teológica dos leigos para sua atuação ativa e transformadora na sociedade humana e brasileira, e enfatiza a necessidade de uma formação integral, integrada à vida pastoral das comunidades eclesiais.

Segundo o documento, os cristãos leigos são chamados a ser “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13-14), ou seja, a transformar a sociedade a partir dos valores do Evangelho. Para isso, é necessário que os leigos estejam preparados teologicamente para compreender a realidade em que vivem e atuar de forma coerente com sua fé. O documento destaca que a formação teológica dos leigos deve ser integral, contemplando não apenas o conhecimento dos dogmas e doutrinas da fé, mas também a reflexão sobre a realidade social, política e econômica em que estão inseridos. Além disso, a formação deve ser contínua, de modo que os cristãos leigos possam aprofundar cada vez mais sua compreensão da fé e sua capacidade de atuar na sociedade.

O texto também enfatiza a importância da participação dos leigos na vida da Igreja, em especial nas pastorais sociais e nas comunidades de base. A partir dessa participação ativa, os cristãos leigos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária (p. 62).

O Papa Emérito Bento XVI bem alertou:

A corresponsabilidade exige uma mudança de mentalidade, relativa, em particular, ao papel dos leigos na Igreja, que devem ser considerados não como ‘colaboradores’ do clero, mas como pessoas realmente ‘corresponsáveis’ do ser do agir da Igreja. Por conseguinte, é importante que se consolide um laicato maduro e comprometido, capaz de oferecer a sua contribuição específica para a missão Eclesial, no respeito pelos ministérios e pelas tarefas que cada um desempenha na vida da Igreja, e sempre em comunhão cordial com os bispos.⁴³

3.2 Ética

Ética é a área da filosofia dedicada às ações e ao comportamento humano, filosofia moral. A palavra “ética” deriva (do grego *ethos*: caráter, costume, hábito, modo de ser) é o conjunto de padrões e valores morais de um grupo ou indivíduo. Contudo, em Filosofia, a ética, (do grego *ἠθική [φιλοσοφία]*) ou filosofia moral (do latim *mos*,

⁴³ BENTO XVI, Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Foro Internacional da Ação Católica, em Lasi, Romênia, 10 de agosto de 2012.

mores). A Ética procura responder a várias questões de âmbito moral, sendo as principais: Como devemos viver? ou como devemos agir?⁴⁴

O documento 50 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "Ética: Pessoa e Sociedade", define o termo ética, com a reflexão ou o saber sobre o "ethos", tem origem grega. Aristóteles, que o introduziu na filosofia ocidental, julgava desnecessário demonstrar a existência do "ethos". O ser se manifesta não apenas na natureza, mas também na ação ou práxis humana: no ethos – hábitos, costumes, instituições – produzidos pela sociedade. O "ethos" se refere à "morada" e à organização de um povo ou de toda a sociedade.

Podemos falar da existência de duas diferentes éticas, a tradicional (medieval) e a ética moderna. As diferenças entre ambas podem variar dependendo do contexto específico e das correntes filosóficas envolvidas. No entanto, aqui estão algumas distinções gerais que podem ser observadas:

A ética tradicional (medieval) pode estar mais focada em preservar tradições, normas e valores preestabelecidos. Ela tende a valorizar a estabilidade e a continuidade em relação aos costumes e práticas morais. Mais associada a uma visão de mundo teocêntrico, em que a moralidade é definida por uma ordem divina ou transcendente. Ela pode enfatizar a vida após a morte e a busca da salvação espiritual como fundamentos da ética (cf. n. 8).

Por outro lado, a ética moderna muitas vezes questiona e desafia normas e valores tradicionais, buscando a evolução e a adaptação ética com base nas necessidades e contextos contemporâneos. Já a ética moderna tende a ser mais antropocêntrica, focalizando-se na experiência, no empirismo e nas necessidades humanas seculares, isto é, com um foco maior nos princípios humanistas e na promoção do bem-estar terreno.

É importante ressaltar que essas distinções são apenas simplificações e que há uma grande diversidade de correntes éticas tanto na tradição tradicional quanto na moderna. Além disso, muitas vezes há uma interseção e um diálogo entre as duas abordagens, com influências mútuas e uma constante evolução do pensamento ético. Vale apenas ressaltar que nesse período a ética e a religião estiveram alinhados e a Igreja torna-se guardiã da moral junto a sociedade de uma forma rigorosa (cf. n.21).

⁴⁴ ÉTICA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?>>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

Porém, os problemas éticos surgiram e instalaram-se na ética moderna e com isso surgiu uma crise provocada pelos iluministas e idealistas da universalidade da razão. Com as descobertas da etnologia e da antropologia, se afirma o relativismo e a reflexão ética perde o seu valor sociológico e normativo na sociedade como um todo.

Esse documento expressa um posicionamento fundamental da Igreja Católica brasileira em refletir e dialogar a respeito e no sentido de resgatar os valores éticos em todos os níveis da vida pessoal na sociedade civil, familiar, e na Igreja do Brasil. Num “ethos” de liberdade, de diferença onde toda pessoa humana busca a felicidade como indaga o salmista: “Qual homem que não ama sua vida, procurando ser feliz todos os dias?” (Sl 34,13).

O documento propõe a ética como comportamento para o bem de todos é um princípio fundamental que pode ser encontrado em várias tradições religiosas e sistemas filosóficos, incluindo a ética cristã no sentido de dirimir a falta de ética instalada no coração da sociedade brasileira em todos os seus setores provocada pela modernidade. Principalmente no contexto do cristianismo em que a ética é baseada nos ensinamentos e valores transmitidos pela Escritura Sagrada, pela tradição cristã e pelo Magistério da igreja no qual os seus cidadãos são pessoas sociais e políticas com experiências humanas de ação positiva e negativa.

A ética cristã enfatiza a importância das atitudes individuais em favor do bem comum. Isso significa que os cristãos são incentivados a agir de forma justa, compassiva, generosa e amorosa em todas as áreas de suas vidas, buscando o benefício e o bem-estar de todos ao seu redor. Ética cristã também envolve a prática da virtude e do autocontrole, evitando comportamentos prejudiciais ou egoístas. Porém, dentro do fator realismo percebemos que a natureza humana está sempre propensa a se distanciar das “virtudes” como o próprio Apóstolo Paulo nos indica: “não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero” (Rm 7,19).

Além disso, a ética cristã tem sempre seu pressuposto numa perspectiva bíblica e reconhece a importância da responsabilidade pessoal diante de Deus e dos outros seres humanos (cf. n.80). Os cristãos são chamados a prestar contas de suas ações e a buscar a reconciliação e o perdão quando cometem erros ou causam danos aos outros (cf. Is 1,10-20). “Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia” (Mt 5,7).

A ética cristã também se baseia na crença de que todos os seres humanos são feitos à imagem de Deus e, portanto, têm uma dignidade inerente e um valor intrínseco. Isso implica tratar todas as pessoas com respeito, dignidade e justiça,

independentemente de sua origem étnica, social, econômica ou religiosa, estado ou opção sexual. Contudo, essa ética precisa estar sempre em relação com a expressão fundamental do Decálogo que gera o moral e a aliança com Deus (cf. n.81).

A ética cristã destaca a importância das atitudes individuais voltadas para o bem comum e ressalta a responsabilidade de cada pessoa em promover o amor, a justiça e a compaixão no mundo. Ao viver de acordo com esses princípios éticos, os cristãos buscam refletir o caráter de Cristo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, amorosa e fraterna (cf. Mt 5,7;5,9).

A ética como comportamento para o bem de todos, que passa por atitudes individuais a favor do bem comum, da sociedade à luz do Evangelho de Jesus Cristo, é uma perspectiva que enfoca a importância de viver de acordo com os ensinamentos e princípios do seu Evangelho na busca pelo bem-estar coletivo, do Reino de Deus e da salvação eterna.

Para os cristãos, o Evangelho de Jesus Cristo serve como uma fonte de orientação moral e ética. Ele apresenta um conjunto de valores e princípios que direcionam as ações e atitudes dos seguidores de Cristo em relação aos outros membros da sociedade (cf. Mt 11,29).

A ética cristã, nesse contexto, exorta os cristãos a demonstrarem amor, compaixão, perdão, justiça e serviço ao próximo. Isso implica em agir de forma altruísta, buscando o bem comum e o benefício de todos, em vez de se concentrar apenas em interesses pessoais. Esta é a exigência ética na “moral das bem-aventuranças”.

Essa abordagem ética também leva em consideração a responsabilidade individual de cada pessoa em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e compassiva. Os cristãos são chamados a se engajar ativamente em ações que promovam a dignidade humana, a igualdade, a solidariedade e a sustentabilidade em conformidade com os princípios evangélicos.

Ao adotar essa ética baseada no Evangelho de Cristo, os cristãos se esforçam para refletir o caráter de Cristo em suas vidas diárias, seguindo seu exemplo de amor sacrificial e serviço desinteressado. Essa perspectiva ética busca transformar não apenas as atitudes individuais, mas também a sociedade como um todo. Portanto, a ética, à luz do Evangelho de Cristo, é uma abordagem que busca enfatizar a promoção do amor, a justiça e a compaixão, por meio das atitudes individuais e coletivas em prol do bem comum da Igreja, da sociedade na qual está inserido, e do mundo.

O compromisso ético dos seguidores de Jesus na sociedade brasileira é de suma importância, pois o evangelho de Cristo ensina valores que promovem o bem-

estar e a justiça social. Os princípios éticos do cristianismo têm o potencial de influenciar positivamente as atitudes, comportamentos e relações dos seguidores de Jesus, impactando assim a sociedade como um todo.

Na ética cristã os seguidores de Jesus são chamados a colocar esses princípios éticos em prática em todas as esferas de suas vidas, incluindo suas interações pessoais, sua participação na comunidade e seu envolvimento político, Econômico e ambiental como propõe o Papa Francisco na sua Carta Encíclica “*Laudato SI*” sobre o cuidado da casa comum.

Na sociedade brasileira, que enfrenta diversos desafios sociais, econômicos e políticos, o compromisso ético dos seguidores de Jesus pode desempenhar um papel crucial na promoção da justiça, na defesa dos direitos humanos, na luta contra a corrupção e na busca pela igualdade social. Os cristãos são incentivados a se envolverem ativamente em ações e movimentos que buscam solucionar problemas como pobreza, desigualdade, violência e discriminação.

Além disso, o compromisso ético dos seguidores de Jesus na sociedade brasileira envolve a prática da honestidade, da transparência e da integridade em todas as esferas da vida, seja na esfera pessoal, profissional ou política. Isso implica em rejeitar comportamentos antiéticos, como a corrupção (não apenas na política, mas na ação pessoal e individual), a injustiça e a exploração do próximo (cf. n. 109-111).

Ao viverem de acordo com os princípios éticos do Evangelho, os seguidores de Jesus podem se tornar agentes de transformação na sociedade brasileira, inspirando outros e promovendo mudanças positivas. Seu compromisso ético pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, refletindo o amor e a graça de Deus em ação.

No entanto, é importante ressaltar que o compromisso ético dos seguidores de Jesus não deve ser impositivo ou intolerante, mas sim baseado na compreensão, no respeito e no diálogo com todas as pessoas, independentemente de suas crenças ou posições. É um chamado para ser luz no mundo, demonstrando os valores do Reino de Deus em um espírito de amor e serviço.

Em resumo, a importância do compromisso ético dos seguidores de Jesus na sociedade brasileira reside no potencial transformador que a ética cristã tem de promover a justiça, a compaixão e o bem comum. Ao viverem esses valores, os cristãos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e de acordo com os princípios do evangelho de Jesus. Pois, é da ética tanto filosófica como cristã que dependem a salvação da humanidade tanto na dimensão

material/corporal como espiritual (cf. Am 1,11). Estas constatações nos levam a concluir que a religião e, em particular, a religião cristã não anula a autonomia da ética (n. 94).

O documento 50 da CNBB, no seu contexto entendia a sociedade brasileira estava em crise ética e que por está inserida nesse meio tem o dever e o papel provocar diálogo e reflexões para formar consciência ética pessoal, social e eclesial, pois o povo de Deus não está alheio a essas dimensões humanas respeitando plenamente a autonomia que compete a cada setor da sociedade, porém sem deixar de salientar o projeto do plano de Deus anunciado por Jesus de Nazaré (pp. 74,75).

Nessa perspectiva a Igreja sabe que na prática a busca de novos caminhos e formação de consciência para a ética é complexo:

A Igreja sabe que esta tarefa cabe a toda a sociedade da qual ela faz parte. Por isso, seria impossível levá-la adiante sem um diálogo amplo e compartilhado, envolvendo vários segmentos ou classes sociais, governo e povo, empresariado, trabalhadores, organizações sindicais, instituições representativas das diversas etnias, culturas e religiões, família e escola.⁴⁵

3.3 Ecumenismo.

O termo ecumênico provém da palavra grega οἰκουμένη (oikouménē), significa mundo habitado, mais especificamente o mundo da cultura grega ou romana, o império romano-bizantino e, mais tarde, o mundo cristão unido ao império romano ainda não dividido e referindo-se à doutrina oficial ortodoxa comum a igreja oriental e ocidental. Porém, somente no período de 1920-1930 passou a ser usado para indicar a união cristã (René Latourelle 1994).⁴⁶

O ecumenismo é um projeto e ação do próprio Deus a qual nós percebemos nas Escrituras Sagradas desde o Antigo testamento onde Deus por meio de Abrão que vivi num contexto de vários deuses, porém já desenvolvia uma visão ecumênica ver a possibilidade e promete a Abrão que ao sair de sua terra e o transformará no pai de muitos povos (cf. Gn 12).

Ao se falar do Novo Testamento a perspectiva não é diferente, o verbo que provocou e suscitou vocações em todo o povo de Israel agora se faz carne através de

⁴⁵ Ética: pessoa e sociedade. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) doc. 50, 31a ASSEMBLEIA GERAL Itaiaci-SP, 28d e abril a 07 de maio de 1993. São Paulo: Paulinas. 1993.

⁴⁶ Dicionário de teologia fundamental. René Latourelle, Rino Fisichella. Petrópolis: Vozes; Aparecida, SP. Santuário, 1994.

seu Filho Unigênito com a proposta evangélica de participação do Reino de Deus e da salvação para a vida eterna em um só Deus: Onipotente, Onisciente e Onipresente. Cultural em torno de uma fé universal sempre teve presente no desenvolvimento das sociedades como um todo. Na igreja primitiva os apóstolos São Pedro e São Paulo já colocaram em pauta esse tema no considerado Primeiro Concílio da Igreja Cristã em Jerusalém (cf. At 15).

No Século IV, quando a Igreja Católica se torna religião oficial do império romano por meio do Imperador Constantino, começam aparecer vários questionamentos e heresias a respeito dos dogmas, doutrinas e da fé cristã, e a igreja para dar uma resposta convoca o primeiro Concílio Ecumênico em julho de 325 d.C., que foi realizado na cidade de Niceia. Por exemplo, o Credo Niceno-Constantinopolitano que foi formulado e aceito por todo povo cristão (Bosch, J. 1999).

Como o tema é muito complexo, com o passar do tempo houve vários concílios ecumênicos provocados e convocados pelo mesmo contexto já citado anteriormente e por cismas como o maior de todos o de 1054. Como também o movimento chamado de reforma protestante liderado por Martim Lutero em 1517, e posteriormente por João Calvino.

Na segunda metade do século XIX, surgiram algumas associações mundiais de jovens leigos e leigas, de grande importância para o desenvolvimento do ecumenismo. Entre elas foi a Associação Cristã de Moços, criada em Londres em 1844, por George William, que se espalhou pelo mundo. A outra foi a Associação Cristã Feminina, criada em 1855. Como também Movimento de Estudantes Voluntários para as Missões Estrangeiras, de 1886, e a Federação Mundial de Estudantes Cristãos, de 1895, ambos organizados por John Raleigh Mott, que foi um grande líder das iniciativas ecumênicas (Mendonça, A.G. 2008).

Contudo, a Igreja Católica ocidental só se incorpora de forma oficial a esse movimento ecumênico em 1960, através do *Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos*, criado pelo Papa João XXIII que também contribuiu com o Concílio do Vaticano II e na elaboração do decreto *Unitatis Redintegratio*, aprovado no dia 21 de novembro de 1964, pelo Papa Paulo VI, que traz na sua estrutura textual três capítulos: o primeiro é intitulado de, princípios católicos do ecumenismo; o segundo prática do ecumenismo e o terceiro; Igrejas e comunidades eclesiais separadas da sé apostólica romana, que trata das questões das duas categorias de cismas.

O decreto *Unitatis Redintegratio*, diz que um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II é promover e restaurar a unidade entre todos

os cristãos é. Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja e esta divisão, porém, contradiz a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura, e assim sejam salvos, para glória de Deus. Pois a unidade da Igreja está na caridade divina que ao fazer-se homem dessa nova vida pela Redenção a todo o gênero humano e o unificasse imolar na cruz do calvário e no altar da cruz como hóstia imaculada.

O Concílio, portanto, exorta todos os fiéis (leigos e leigas, religiosos e clérigos) a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem do trabalho ecumênico por meio do diálogo, de estudos aprofundados e sem medir esforços para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles. “Embora a Igreja católica seja enriquecida de toda a verdade revelada por Deus e de todos os instrumentos da graça, os seus membros, contudo, não vivem com todo aquele fervor que seria conveniente” (cf. n. 4).

A prática ecumênica deve ser uma ação efetiva para a restauração da união para toda a Igreja cristã, pois a Igreja em sua natureza é ecumênica, pois busca a unidade, é a eliminação das divergências e negação das identidades. É proclamação da mesma fé, do mesmo batismo e do mesmo Cristo em Deus Pai (cf. Ef 4,4-6; At 4,4). O ecumenismo pode e deve promover a conversão interior e particular, o amadurecimento da mente e da fé para implorar as graças divinas e os dons do Espírito Santo para servir a Igreja de Cristo Jesus e a Deus, porque o ser humano deve ser servo e não senhor (cf. Mt. 20,28).

Muitas das vezes a falta de diálogo, de humildade, e do caráter ecumênico provoca cismas (divisões) em toda esfera social, familiar, religiosas, foi assim que aconteceu coma Igreja cristã. Primeiro com o movimento protestante (Lutero e Calvino) e posterior com o Cisma do Oriente em 1054, que levou o mundo cristão a se dividir entre os ortodoxos e os católicos, Oriente: Igreja chefiada pelo patriarca em Constantinopla e Ocidente: Igreja Católica chefiada pelo papa, em Roma (cf. UR n.13).

A pesar das divergências doutriniais entre ambas podemos citar algumas de maior relevância em termos práticos, os orientais não permitem a construção de imagens esculpidas de santos, não acreditam que o papa seja um interlocutor infalível da verdade cristã ou na existência do purgatório. Contudo, vemos que os ortodoxos ainda seguem vários dos sacramentos existentes na igreja ocidental (cf. www.veritatis).

Contudo, não devemos esquecer as similaridades que as uni: que é a liturgia Eucarística, ritos, os sacramentos, o Credo, Maria é venerada como Mãe de Deus,

Maria sempre Virgem, os santos e mártires também recebem homenagens dos fiéis, além de serem exemplos de vida. E os dogmas fundamentais da fé cristã que se perpetua em ambas como: a Trindade e o Verbo de Deus encarnado da Virgem Maria reconhecessem verdadeira e propriamente a Cristo como Filho de Deus e Filho do Homem segundo as Escrituras. Cantam hinos também a muitos santos, entre os quais os Padres da Igreja universal. Mesmo com esse cisma existente entre estas Igrejas, não se deve esquecer que as Igrejas do Oriente têm desde a origem um tesouro, do qual a Igreja do Ocidente herdou muitas coisas em liturgia, tradição espiritual e ordenação jurídica. (cf. n. 15).

A *Ut unum sint*, de São João Paulo II faz apelo à unidade dos cristãos, que o Concílio Ecumênico Vaticano II propôs com ardoroso empenho ao diálogo para resolver as divergências existentes na Igreja de Cristo dizendo que:

O diálogo é também instrumento natural para confrontar os diversos pontos de vista e, sobretudo, examinar aquelas divergências que são obstáculo à plena comunhão dos cristãos entre si. «No diálogo ecumênico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor pela verdade, com caridade e humildade». O amor à verdade é a dimensão mais profunda de uma autêntica procura da plena comunhão entre os cristãos. Sem esse amor, seria impossível enfrentar as reais dificuldades teológicas, culturais, psicológicas e sociais que se encontram ao examinar as divergências n.36.⁴⁷

O movimento ecumênico na América Latina e no Brasil principalmente encontra muita resistência se não dizer agressões e repugnância por parte de alguns grupos denominados pentecostais: Universal do reino de Deus, Congregação Cristã do Brasil, etc. Devido a sua teologia, dogmas e ritos serem opostas a Igreja Católica na qual eles até chamam de Igreja satânica por venerá Maria à aos santos entre outros, o diálogo ecumênico fica impossível de ser praticado, pois o mesmo implica em intolerância, abertura ao outro, caridade e amor fraterno. Assim tanto a Igreja Católica quanto as demais denominações que fazem parte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) fundado no Brasil, em Porto Alegre, em 1982, no qual fazem parte: Aliança de Batistas do Brasil – ABB, Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Igreja Presbiteriana Unida – IPU, lograram pouco êxito nesse sentido. Além das divergências já citadas existe uma guerra declarada; espiritual, territorial e

⁴⁷ Carta Encíclica. “Ut Unum Sint”. São Paulo, Loyola. 1995.

quantitativa de seus membros e no sentido de aniquilar as demais religiões e Igrejas, principalmente a Igreja Católica que percentualmente ainda é a maior denominação cristã no território brasileiro, uma pesquisa Datafolha de 13 de janeiro de 2020 aponta que 50% dos brasileiros são católicos.⁴⁸

A iniciativa da Igreja Católica ocidental em colocar em ação o plano ecumênico eclesial do Concílio Vaticano II (DAP. n..231) é oportuno e plausível, pois o objetivo principal não é atingir a supremacia global como a única e verdadeira denominação religiosa cristã, mas sim, que toda a humanidade possa praticar e congregar dos mesmos princípios evangélicos anunciado por nosso Senhor Jesus Cristo pela força do seu Espírito e do Pai. Enquanto no Brasil e na América Latina existe grande dificuldade para essa práxis, no Oriente o clima é bem favorável, haja vista com o papado de Francisco e os Patriarcas ortodoxos que já se reuniram por mais de uma vez com afável respeito, e caridade.

O documento de Aparecida n. 227, diz que, compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduz ao diálogo ecumênico. Que todo batizado independente da denominação eclesial deve ter uma relação de irmãos e como discípulo missionário de primar pelo Diálogo ecumênico para que o mundo creia, pois a falta de unidade representa um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo: “Que todos sejam um no Filho e no Pai” (Jo. 17,21).

Que o ecumenismo não se justifica por uma exigência simplesmente sociológica, mas evangélica, trinitária e batismal. Em nosso contexto todos devem ser incentivados: ministros ordenados, os leigos e à vida consagrada a participarem de organismos ecumênicos para que esse diálogo possa dar frutos sob a luz do Espírito Santo, como diminuir o proselitismo, crescer o conhecimento recíproco e o respeito, e se abram possibilidades de testemunho comum em Jesus Cristo (Cf. DAP. nn. 230-233).

Como resposta generosa à oração do Senhor “para que todos sejam um” (Jo. 17,21), os Papas nos têm incentivado a avançar pacientemente no caminho da unidade. João Paulo II nos exorta: “No corajoso caminho para a unidade, a clareza e prudência da fé nos conduzem a evitar o falso irenismo e o desinteresse pelas normas da Igreja”. Bento XVI abriu seu pontificado dizendo: “Não bastam as manifestações de bons sentimentos. Fazem falta gestos concretos que penetrem nos espíritos e sacudam as consciências...” (DAP. 234)⁴⁹

⁴⁸ <https://www.osul.com.br/pesquisa-datafolha-diz-que-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-e-10-nao-tem-religiao> Acesso em 06 de agosto de 2023, 22:15.

⁴⁹ DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.

Toda a Igreja de Cristo peregrina por meio dos clérigos e de suas pastorais e ministérios não devem se furtarem de sua missão Evangelizadora através da palavra e de gestos e ações, do diálogo ecumênico com a finalidade salvadora de toda a humanidade porque a Bíblia relata o facto de que Deus se dar a conhecer no diálogo conosco (Cf. DV n.6). Relembremos que foi por meio da Palavra de Deus que tudo foi feito e sem Ele nada seria feito (Cf. Jo. 1,3).

O Papa Francisco através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* diz que o ecumenismo sob a luz do Evangelho, é uma grande contribuição para a unidade da família humana e povo de Deus. Porque a divisão entre os cristãos, sobretudo na Ásia e na África, torna-se urgente a busca de caminhos de unidade, pois é grave esse contratestemunho que provoca escândalo na Igreja. Devemos nos concentrar nas convicções que nos uni no princípio da verdade e do bem anunciada e vivida pelo nosso Senhor Jesus Cristo.

CONCLUSÃO

O “saber teológico” oferecem uma abordagem abrangente e profunda sobre a teologia, como ciência da fé, sua história, na relação transcendental e sua aplicação prática na vida da Igreja e na sociedade pelo clero e pelos leigos e leigas.

Compreendemos a teologia como a ciência da fé sendo um diálogo entre os seres humanos e o divino, sobre a existência de Deus. Sua relação e revelação do seu mistério mais profundo com toda a humanidade. Nessa perspectiva, a teologia busca harmonizar a fé e a razão, buscando um entendimento divino por meio das fontes já citadas.

É nessa perspectiva que a Teologia Pastoral passa ser pensada e elaborada para ser colocada em prática no contexto em que se encontra a Igreja favorecendo a evangelização e uma ação transformadora por meio do Plano de Pastoral e Plano de Pastoral de Conjunto.

Contudo, o “saber teológico” precisa ir além do “saber”, precisa transformar-se em práxis pastoral e para isso é necessário a presença e o protagonismo dos “leigos e leigas” na Igreja e na sociedade através das pastorais com formação específica para atuarem como agentes pastorais e cidadãos que são. Os leigos são chamados a serem

discípulos missionários e sujeitos eclesiais, promotores do Reino de Deus agora e sempre. Todo cristão é vocacionado ao amor a Deus e ao próximo, ele deve ter sempre como objetivo assemelhar-se a Jesus Cristo através da fé e das obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. 5ª impressão. São Paulo: Paulus. 2008.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico (versão didática)*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2001.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

BRIGHENTI, Agenor. *A Pastoral dá o que pensar: A inteligência da prática transformadora da fé: manual básico de teologia pastoral*. São Paulo: Paulinas. 2006.

DICIONÁRIO básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, Jorge. 2001.

DICIONÁRIO Beacon Teológico. RICHARD S. Taylor, J. Kenneth Grider e Willard H. Taylor. Tradutores: *Eduardo Aparicio, José Pacheco e Christian Sarmiento*. Originalmente publicado em Inglês sob o título: *Beacon Dicionário de Teologia*. Casa Nazarena de Publicações 17001 Prairie Star Parkway Lenexa, Kansas EUA, 1984.

DICIONÁRIO de teologia fundamental / dirigido por René Lautorelle e Rino Fisichella. Petrópolis: Vozes; Aparecida, SP: Santuário. 1994.

BOSCH, J. (1999). *Ecumenismo. Dicionário de Conceitos Essenciais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus. 1999.

FUENTES, Salvador Valadez. *Espiritualidade Pastoral. Como Superar Uma Pastoral Sem Alma?* São Paulo: Paulinas. 2008.

GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica na teologia*. Petrópolis: Vozes. 2004.

LIBÂNIO, João Batista; MURAD Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. 8ª ed. São Paulo: Loyola. 2011

LIBÂNIO, João Batista. *Introdução à teologia fundamental*. São Paulo: Paulus. 2014.

MOLTMANN, Jurgen. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos. 2004.

SOBRINO, Jon. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo: Vozes; Loyola. 1985.

SOBRINO, Jon. *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes. 1994.

SZENTMÁRTONI Mihály, *Introdução a teologia pastoral*. 3ª ed. São Paulo: Loyola. 2013.

CONCÍLIO VATICANO II:

DECRETO CONCILIAR Unitatis Redintegratio. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Paulus: São Paulo. 1997.

Constituição Dogmática Dei Verbum. São Paulo: Loyola. 1997. sobre a revelação divina, Deus em diálogo, n. 6.

Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho – Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola. 2013.

GAUDIUM ET SPES. Constituição do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje, 1965.

LUMEN GENTIUM. Constituição do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja, 1964.

Constituição Dogmática Dei Verbum. Petrópolis: Vozes. 2000.

MAGISTÉRIOS:

BENTO XVI, Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Foro Internacional da Ação Católica, em Lasi, Romênia, 10 de agosto de 2012.

Carta Pastoral e Proposta Sinodais a partir do 1º Arquidiocesano São Paulo 2017 a 2023.

Carta Encíclica. “Ut Unum Sint”. São Paulo: Loyola. 1995.

Conselho Episcopal Latino-Americano. Igreja latino-americana e caribenha, criado em 1955 pelo Papa Pio XII.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) para os anos 2019-2023. doc. 109 da CNBB. 57ª Assembleia Geral Aparecida-SP, maio de 2019.

DOCUMENTO PONTIFÍCIO, Exortação Apostólica Christifideles Laici, sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo, João Paulo II, São Paulo: Loyola. 1989.

Ética: *pessoa e sociedade*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) doc. 50, 31ª ASSEMBLEIA GERAL Itaici-SP., 28 de abril a 07 de maio de 1993. São Paulo: Paulinas. 1993.

Constituição apostólica do sumo pontífice João Paulo II Fidei Depositum.

DOCUMENTOS DA CNBB – 76, PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL Cadernos da CNBB, 1963.

PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1966 – 1970. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA Verbum Domini. 3ª ed. São Paulo: Paulinas. 2010.

FONTES ELETRÔNICA:

COUTINHO, Sérgio Ricardo. “*Conversão pastoral e renovação missionária a partir das CEBs*.” Revista Encontros Teológicos. 25.3, 2010

ÉTICA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Acesso em: 14 de julho de 2023.

<https://www.osul.com.br/pesquisa-datafolha-diz-que-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-e-10-nao-tem-religiao> Acesso em 06 de agosto de 2023, 22:15

<https://www.veritatis.com.br/categoria/autores-t/d-estevao-tavares-bettencourt-osb/> Acesso em: 17 de julho 2023: 19:25.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Eclesia>. Acesso em 13 março de 2022. 22:17.

Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?> >. Acesso em: 14 de julho de 2023.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia>. Acesso em 19 de dezembro de 2022: 20:38.

MARIANO, Ricardo. Diálogo Ecumênico entre Católicos Protestantes e Pentecostais do Brasil. Revista de Cultura Teológica, n. 16, p. 69-77, 1996.

MENDONÇA, A.G. (2008). O movimento ecumênico no século XX – algumas observações sobre suas origens e contradições. Tempo e Presença Digital n.12, setembro de 1998. Publicação Virtual de KOINONIA.

Revista CCI, caminhando com a Itepa. Edição 123 – Planejamento Pastoral 01/08/2018. Acesso 20 de junho de 2023.

Revista Pistis Prax. Teologia Pastoral. Curitiba, v. 12, n. 1, jan./abr. 2020. pp. 143-162.

